

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
NOTA À 12ª EDIÇÃO	11

Parte I NOÇÕES GERAIS

1. TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS	37
1.1. Técnica processual e tutela dos direitos.....	37
1.2. Tutelas contra o ilícito e tutelas contra o dano. Tutela satisfativa e tutela cautelar	40
1.3. Cognição e execução no sistema da tutela jurisdicional dos direitos.....	41
1.4. Processo e tutela dos direitos: tutela dos direitos mediante procedimento comum e procedimentos diferenciados	43
1.5. Segue: tutela definitiva fundada em cognição exauriente e tutela provisória fundada em cognição sumária	44
CASO	45
2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	47
2.1. Introdução	47
2.2. Jurisdição.....	47
2.2.1. Limites da jurisdição nacional e das jurisdições estrangeiras	49
2.2.2. Cooperação internacional	51
2.3. Competência	52
2.3.1. Normas gerais	52
2.3.2. Determinação da competência	55
2.3.3. Regimes de competência.....	58
2.3.4. Modificações da competência	61
2.3.5. Declaração de incompetência.....	63
2.3.6. Cooperação nacional.....	64
2.3.7. Atos concertados entre juízes cooperantes.....	65
CASO	67
3. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO	69
3.1. O processo civil como uma comunidade de trabalho	69
3.2. Juiz	74
3.2.1. Imparcialidade.....	75
3.2.2. Poderes e deveres do juiz na condução do processo e no julgamento da causa ...	77
3.3. Partes.....	79
3.3.1. Conceito de parte.....	79
3.3.2. Capacidade processual	81
3.3.3. Poderes e deveres das partes no processo	83

3.3.4.	Litisconsórcio	84
3.3.4.1.	Litisconsórcio necessário	88
3.3.4.2.	Litisconsórcio unitário.....	89
3.3.4.3.	Regime jurídico do litisconsórcio.....	90
3.4.	Terceiros.....	91
3.4.1.	Intervenção voluntária	93
3.4.1.1.	Assistência.....	93
3.4.1.1.1.	Assistência simples.....	93
3.4.1.1.2.	Assistência litisconsorcial	96
3.4.1.2.	<i>Amicus curiae</i>	97
3.4.1.3.	Intervenção anômala	100
3.4.2.	Intervenção forçada	101
3.4.2.1.	Denúnciação da lide	101
3.4.2.2.	Chamamento ao processo.....	104
3.4.2.3.	Terceiro alcançado pela desconsideração da personalidade jurídica	105
CASO.....		107
4.	ATOS PROCESSUAIS	109
4.1.	Ato processual	109
4.2.	Atos das partes e pronunciamentos do juiz.....	111
4.3.	Forma, tempo e lugar dos atos processuais.....	113
4.4.	Invalidades processuais	114
4.5.	Prazos.....	116
4.6.	Comunicação dos atos processuais	119
CASO.....		126
5.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	127
5.1.	Formação do processo.....	127
5.2.	Suspensão do processo	127
5.3.	Extinção do processo	130
CASO.....		133

Parte II

A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CONHECIMENTO DA CAUSA

1.	PROCEDIMENTO COMUM	137
1.1.	Procedimento comum e procedimentos diferenciados. O procedimento comum como procedimento padrão para a tutela dos direitos.....	137
1.2.	Estrutura do procedimento comum	139
1.3.	Alterações de procedimento por iniciativa judicial e pela vontade das partes. Negócios processuais em tema de procedimento	140
1.4.	Fases e estágios do procedimento comum	141

1.4.1.	Perspectiva horizontal.....	141
1.4.2.	Perspectiva vertical.....	144
CASO		145
2.	PETIÇÃO INICIAL	147
2.1.	A propositura da ação, a distribuição da petição inicial e a instauração do processo	147
2.2.	Requisitos da petição inicial.....	147
2.2.1.	Partes.....	148
2.2.2.	Causa de pedir	149
2.2.3.	Pedido	153
2.2.3.1.	Pedido certo	155
2.2.3.2.	Pedido determinado	156
2.2.3.3.	Pedido alternativo.....	157
2.2.3.4.	Cumulação de pedidos.....	158
2.2.3.4.1.	Cumulação simples	158
2.2.3.4.2.	Cumulação sucessiva	159
2.2.3.4.3.	Cumulação alternativa.....	159
2.2.3.5.	Modificações da causa de pedir e do pedido	160
2.2.4.	Valor da causa	161
2.2.5.	Requerimento de provas	162
2.2.6.	Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação....	162
2.3.	Emenda à petição inicial	162
2.4.	Indeferimento da petição inicial.....	163
2.5.	Improcedência liminar do pedido	164
2.6.	Deferimento da petição inicial	166
CASO		167
3.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	169
3.1.	A designação da audiência preliminar	169
3.2.	Modelo multiportas.....	171
CASO		173
4.	ATTITUDES DO RÉU	175
4.1.	Atitudes do réu	175
4.2.	Contestação.....	176
4.3.	Reconvenção	181
4.4.	Revelia.....	184
CASO		190
5.	ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	191
5.1.	Técnica antecipatória e tutela dos direitos. A perversa ideologia por detrás do legislador em matéria de antecipação da tutela	191
5.2.	Tutela satisfativa e tutela cautelar. Tutela específica e tutela pelo equivalente mediante técnica antecipatória	192
5.3.	A técnica antecipatória como forma de distribuição isonômica do ônus do tempo no processo civil. A “urgência” e a “evidência” como seus fundamentos.....	193

5.4.	A técnica antecipatória como forma de promoção da lógica do provável. A probabilidade do direito como seu pressuposto	197
5.5.	Requerimento da parte e recurso	199
5.6.	Interinalidade	201
5.7.	Momento	202
5.8.	Competência	203
5.9.	Fundamentação	204
5.10.	Eficácia	204
5.11.	Efetivação	206
5.12.	Fungibilidade	206
5.13.	A necessidade de tutela ao direito antecedente ao processo	207
5.13.1.	Tutela antecipada antecedente. Autonomização e estabilização	207
5.13.2.	Tutela cautelar antecedente. Referibilidade	211
5.14.	Responsabilidade	213
CASO		214
6.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	215
6.1.	Tutela adequada e sumarização formal do procedimento	215
6.2.	Extinção do processo	216
6.3.	Julgamento antecipado do mérito	216
6.3.1.	Julgamento integral	217
6.3.2.	Julgamento parcial	218
CASO		220
7.	ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	221
7.1.	Do despacho saneador à organização em cooperação com as partes	221
7.2.	Organização do processo	222
7.2.1.	Organização retrospectiva	223
7.2.2.	Organização prospectiva	223
CASO		226
8.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	227
8.1.	Objeto da audiência e sua necessidade	227
8.2.	Unidade da audiência e possibilidade de seu desdobramento	228
CASO		230
9.	PROVA	231
9.1.	A função da prova	231
9.1.1.	A verdade e as teorias sobre sua busca	231
9.1.2.	A definição de prova	236
9.2.	Objeto da prova	238
9.3.	Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio	239
9.3.1.	O direito e o dever à prova	239
9.3.2.	As regras de privilégio como exceção ao dever de prova	242
9.4.	Ônus da prova	245
9.4.1.	O fim da distribuição do ônus da prova	245

9.4.2.	Contraprova e prova dos fatos alegados pelo réu	248
9.4.3.	A regra do ônus da prova como saída para o juiz em estado de dúvida	248
9.4.4.	Tentativas de eliminar a dúvida. Crítica ao princípio da verossimilhança preponderante e à ideia de que a falta de convicção judicial faz surgir uma sentença que não produz coisa julgada.....	249
9.4.5.	A ausência de lei e a possibilidade de tratamento diferenciado do ônus da prova em face das diferentes necessidades do direito material	250
9.4.6.	A distribuição e a modificação do ônus da prova no Código de Processo Civil.....	251
9.4.7.	A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	253
9.4.8.	Modificação convencional do ônus da prova.....	256
9.4.9.	Ônus da prova, convicção e motivação.....	258
9.5.	Fatos afirmados que não dependem de prova	259
9.5.1.	Considerações iniciais.....	259
9.5.2.	Fatos notórios	260
9.5.3.	Confissão.....	261
9.5.4.	Não contestação	263
9.5.5.	Presunção legal de existência ou de veracidade	266
9.6.	Poder probatório do juiz	267
9.7.	Prova emprestada.....	268
9.8.	Fases do procedimento probatório	271
9.9.	A obtenção antecipada de prova.....	273
9.9.1.	Aspectos gerais	273
9.9.2.	Uma derivação da técnica: a prefixação do valor da prova.....	277
9.10.	A prova indiciária	279
9.10.1.	Considerações iniciais.....	279
9.10.2.	Fato indiciário, prova indiciária, raciocínio presuntivo, presunção e juízo (juízo resultado, juízo final e juízo provisório).....	284
9.11.	A prova e a ação inibitória	285
9.11.1.	Apresentação das premissas	285
9.11.2.	Pressupostos da ação inibitória.....	286
9.11.3.	A ameaça	287
9.11.4.	A prova da ameaça	289
9.12.	Prova ilícita.....	292
9.12.1.	As provas típicas e atípicas	292
9.12.2.	Os planos dos fatos e das provas	293
9.12.3.	A ilicitude da prova diante da existência ou não de processo, da natureza do direito violado e da qualidade do violador	294
9.12.4.	Ilicitude no plano do direito material: (i) na obtenção da prova pré-consti- tuída, (ii) na obtenção das informações consubstanciadoras da declaração testemunhal, (iii) na formação e na produção da prova e (iv) na utilização da prova pré-constituída	294
9.12.5.	Ilicitude no plano do direito processual: i) na admissão da prova e ii) na produção da prova.....	295
9.12.6.	A gravidade da violação.....	296
9.12.7.	A prova obtida com violação de regra processual que não implica lesão a direito fundamental. Consequências	297
9.12.8.	A norma constitucional que proíbe as provas “obtidas por meios ilícitos”	298

9.12.9.	Fundamento e significado do art. 5.º, LVI, da CF.....	298
9.12.10.	A opção do processo penal e a ausência de opção no âmbito do processo civil...	299
9.12.11.	A proibição da prova ilícita no processo civil e o postulado da proporcionalidade	300
9.12.12.	A contaminação das provas vinculadas fática e juridicamente à ilícita. A teoria dos frutos da árvore envenenada	303
9.12.13.	Exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada: o “descobrimento inevitável” (<i>inevitable discovery exception</i>) e o “descobrimento provavelmente independente” (<i>hypothetical independent source rule</i>)	304
9.12.14.	O problema da obtenção de informações de modo ilícito e da prova testemunhal que pode nelas se basear.....	306
9.12.15.	A teoria da descontaminação do julgado	306
9.13.	Depoimento pessoal	307
9.13.1.	Conceito, natureza jurídica e generalidades	307
9.13.2.	Procedimento probatório	310
9.14.	Confissão.....	311
9.14.1.	Conceito e generalidades	311
9.14.2.	Natureza jurídica	313
9.14.3.	Elementos da confissão	314
9.14.4.	Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia ao direito e admissão	315
9.14.5.	Confissão efetiva e confissão ficta.....	317
9.14.6.	Confissão judicial e extrajudicial. Confissão espontânea e provocada.....	318
9.14.7.	Eficácia.....	318
9.14.8.	Indivisibilidade da confissão	319
9.15.	Exibição de documento ou coisa	321
9.15.1.	Generalidades e definição	321
9.15.2.	Campo de atuação da exibição	322
9.15.3.	Exibição e dever de colaboração com o Judiciário	322
9.15.4.	Natureza da exibição	323
9.15.5.	Fundamento da exibição	324
9.15.6.	Sujeitos da exibição	325
9.15.7.	Procedimento da exibição em face da parte	326
9.15.8.	Procedimento da exibição em face de terceiro.....	327
9.16.	Prova documental	328
9.16.1.	Generalidades.....	328
9.16.2.	Noção	329
9.16.3.	Prova documental e prova documentada	331
9.16.4.	Documento e instrumento	332
9.16.5.	Elementos do documento	333
9.16.6.	Autoria do documento. Documentos públicos e privados. Autenticidade	336
9.16.7.	Prova documental e evolução tecnológica.....	338
9.16.8.	Documentos extraídos da internet	339
9.16.9.	A fotografia digital.....	345
9.16.10.	Prova documental e <i>fac-símile</i>	347
9.16.11.	Força probante dos documentos.....	348
9.16.12.	Produção da prova documental	350
9.16.13.	Incidente de arguição de falsidade documental.....	353

9.17.	Ata notarial.....	358
9.18.	Prova testemunhal	359
9.18.1.	Generalidades e conceito	359
9.18.2.	A testemunha. Incapacidade, impedimento e suspeição. Regras de privilégio ...	361
9.18.3.	Produção da prova testemunhal	362
9.19.	Prova pericial	365
9.19.1.	Generalidades e definição	365
9.19.2.	O perito e os assistentes técnicos. A perícia consensual	366
9.19.3.	Produção da prova pericial	370
9.19.4.	Segunda perícia.....	371
9.19.5.	Valor da prova pericial.....	372
9.19.6.	A prova estatística	372
9.20.	Inspeção judicial	376
9.20.1.	Generalidades e noção	376
9.20.2.	Produção da inspeção judicial.....	377
CASO 1		378
CASO 2		379
10. SENTENÇA		381
10.1.	Conceito.....	381
10.2.	Função.....	382
10.3.	Sentença, decisão e justificação. <i>Context of discovery e context of justification</i>	385
10.4.	Sentença, decisão e racionalidade. O duplo discurso	386
10.5.	Elementos essenciais da sentença.....	388
10.6.	Em especial: a fundamentação da sentença	389
10.6.1.	Sentença e convicção.....	389
10.6.1.1.	Verdade e convicção.....	389
10.6.1.2.	Convicção e participação judicial	390
10.6.1.3.	Limitações à produção da prova.....	391
10.6.1.4.	A tese sueca sobre o convencimento judicial.....	392
10.6.1.5.	A acentuação da função da verossimilhança. <i>Övertviksprinzip</i> e <i>Überwiegensprinzip</i> e verossimilhança preponderante	393
10.6.1.6.	A teoria de Gerhard Walter	393
10.6.1.7.	Objeções à teoria da verossimilhança preponderante	395
10.6.1.8.	O convencimento judicial e a regra do ônus da prova.....	396
10.6.2.	Fundamentação e prova	396
10.6.2.1.	O relatório dos fatos controvertidos e das provas das partes....	397
10.6.2.2.	A explicação e a contextualização do conteúdo e do significado das provas	397
10.6.2.3.	A motivação da prova indiciária e da presunção	398
10.6.2.4.	Motivação não é apenas se basear nas provas que convergem na direção da hipótese vencedora	398
10.6.2.5.	A necessidade de motivação de todas as provas produzidas	399
10.6.2.6.	Raciocínio probatório, decisão e justificação	400
10.6.2.6.1.	A justificação da credibilidade da prova	401

	10.6.2.6.2.	A credibilidade da prova e a sua valoração individualizada.....	402
	10.6.2.6.3.	O percurso do raciocínio do juiz entre a prova e o fato	403
	10.6.2.6.4.	O raciocínio entre o indício e o fato essencial...	403
	10.6.2.6.5.	Valoração individual e valoração conjunta.....	406
	10.6.2.6.6.	A valoração conjunta, o encontro de duas narrativas aceitáveis e a reconstrução da verdade no processo.....	407
	10.6.2.6.7.	As dimensões analítica e sintética	407
	10.6.2.6.8.	Coerência narrativa e reconstrução da verdade no processo	408
	10.6.2.6.9.	A coerência lógica	409
	10.6.2.6.10.	A congruência	409
	10.6.2.6.11.	A integração entre os métodos analítico e sintético	411
10.6.3.		Fundamentação e direito. O direito ao contraditório como direito de influência e o dever de fundamentação analítica como dever de diálogo no CPC de 2015	412
	10.6.3.1.	As hipóteses do art. 489, § 1º, do CPC/2015. A vedação à decisão genérica.....	412
	10.6.3.2.	Ainda as hipóteses do art. 489, § 1.º, do CPC/2015. O prévio diálogo na determinação da interpretação e na aplicação do direito. A vedação à decisão-surpresa	413
	10.6.3.3.	A necessidade de análise de todos os fundamentos do processo e não só daqueles que convergem para a decisão	414
	10.6.3.4.	O art. 489, § 2.º, do CPC/2015.....	415
	10.6.3.5.	O consequencialismo e a proteção à segurança jurídica nos processos que envolvem o Poder Público.....	418
10.7.		Regra da congruência.....	420
10.8.		Sentença e fato superveniente	423
10.9.		Sentença e preclusão consumativa.....	423
10.10.		Classificação das sentenças	424
10.11.		Para uma melhor compreensão das sentenças de procedência.....	432
	10.11.1.	Sentença declaratória.....	432
	10.11.2.	Sentença constitutiva	433
	10.11.3.	Sentença condenatória.....	434
	10.11.4.	Sentença mandamental.....	436
	10.11.5.	Sentença executiva	436
10.12.		Sentença, outras técnicas de tutela e tutela dos direitos.....	437
10.13.		Sentenças autossuficientes e sentenças não autossuficientes	440
10.14.		A questão da tutela específica dos direitos	442
10.15.		Sentenças não autossuficientes e as várias espécies de tutela	444
	10.15.1.	Primeiras considerações	444
	10.15.2.	Tutela inibitória	445
	10.15.2.1.	Premissas.....	445
	10.15.2.2.	Pressupostos.....	445

10.15.2.3.	Tutela inibitória como corolário do direito fundamental à tutela adequada e efetiva	446
10.15.2.4.	Tutela inibitória negativa e tutela inibitória positiva.....	447
10.15.2.5.	Tutela inibitória individual e tutela inibitória coletiva	447
10.15.2.6.	Tutela inibitória e regra da adstrição ao pedido	448
10.15.2.7.	Tutela inibitória, sentença mandamental e sentença executiva	450
10.15.3.	Tutela inibitória do inadimplemento.....	452
10.15.4.	Tutela de remoção do ilícito	453
10.15.5.	Tutela específica da obrigação inadimplida ou cumprida de modo imperfeito	455
10.15.6.	Tutela ressarcitória na forma específica	457
10.15.7.	Tutela pelo equivalente monetário	458
10.15.8.	Tutela de imissão na posse	459
10.15.9.	Tutela reivindicatória	459
10.15.10.	Tutela de reintegração de posse	460
10.15.11.	Tutela de restituição da coisa que depende da desconstituição de contrato....	461
CASO		464
11. RECURSOS		465
11.1.	Conceito.....	465
11.2.	Sucedâneos recursais.....	466
11.3.	Classificação dos recursos	468
11.4.	Normas fundamentais	470
11.4.1.	Duplo grau de jurisdição	471
11.4.2.	Taxatividade	472
11.4.3.	Unirrecorribilidade	473
11.4.4.	Fungibilidade.....	473
11.4.5.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	476
11.4.6.	Colegialidade.....	476
11.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	476
11.6.	Efeitos dos recursos	483
11.6.1.	Devolutivo	483
11.6.2.	Translativo	485
11.6.3.	Suspensivo	485
11.6.4.	Expansivo	486
11.6.5.	Substitutivo	487
11.6.6.	Obstativo.....	487
11.7.	Apelação.....	487
11.8.	Agravo de instrumento	492
11.9.	Agravo interno	495
11.10.	Embargos de declaração	497
11.11.	Recurso ordinário	501
11.12.	Recurso extraordinário e recurso especial	502
11.13.	Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial	514
11.14.	Embargos de divergência	515

CASO	518
12. PROCESSO NOS TRIBUNAIS	519
12.1. Processo nos tribunais.....	519
12.2. Ordem dos processos nos tribunais	519
12.2.1. Registro e distribuição	519
12.2.2. Poderes do relator	520
12.2.3. Julgamento colegiado.....	521
12.2.4. Decisão não unânime e convocação de novos julgadores. A técnica da ampliação do quórum de julgamento.....	522
12.3. Incidentes recursais.....	522
12.3.1. Incidente de assunção de competência	522
12.3.2. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	527
12.3.3. Incidente de conflito de competência	530
12.3.4. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	531
12.4. O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e do recurso repetitivo... 540	
12.4.1. Introdução	540
12.4.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	541
12.4.2.1. Meio processual para resolução de litígios de que derivam casos em massa e sistema de precedentes das Cortes Supre- mas: decisão <i>erga omnes</i> e precedente	541
12.4.2.2. Coisa julgada sobre questão (art. 503, § 1º, CPC/2015)	542
12.4.2.3. <i>Non-mutual collateral estoppel</i> . A possibilidade de o terceiro alegar a proibição de rediscutir a questão já decidida no direito estadunidense.....	543
12.4.2.4. Violação do direito constitucional de participar em contra- ditório	545
12.4.2.5. Solução para a preservação da técnica processual.....	546
12.4.3. Recursos extraordinário e especial repetitivos.....	548
12.4.3.1. Compreensão dos recursos extraordinário e especial re- petitivos enquanto meios que viabilizam a elaboração de precedentes.....	548
12.4.3.2. Direito ao recurso especial e necessidade de enfatizar o contraditório	550
12.4.3.3. Participação dos legitimados e do Ministério Público e compensação da não participação dos recorrentes	551
12.4.3.4. A particularidade do recurso extraordinário e do recurso especial: a repercussão geral e a relevância	553
12.5. Ações originárias	553
12.5.1. Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	553
12.5.2. Ação rescisória.....	555
12.5.2.1. Generalidades	555
12.5.2.2. Hipóteses de cabimento	556
12.5.2.3. Juízo rescindente e juízo rescisório	561
12.5.2.4. Procedimento	562
12.5.3. Ação anulatória de ato processual.....	568

12.5.4.	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	570
12.5.5.	Reclamação	571
CASO		574
13.	PRECEDENTES	575
13.1.	Aproximação entre as tradições de <i>civil law</i> e de <i>common law</i>	575
13.2.	Precedentes	575
13.3.	O art. 927 do CPC de 2015 e “os pronunciamentos que devem ser observados pelos Juízes e Tribunais”	583
13.3.1.	Introdução	583
13.3.2.	Decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	583
13.3.3.	Acórdãos em incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos	584
13.3.4.	Súmulas vinculantes e súmulas do STF e do STJ.....	585
13.3.5.	O caráter exemplificativo do art. 927 do CPC	586
13.4.	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>	586
13.5.	Decisão e Precedente	591
13.5.1.	O julgamento colegiado nas Cortes Supremas.....	591
13.5.2.	Maioria em relação ao resultado e maioria quanto ao fundamento: decisão do recurso e precedente	592
13.5.3.	Compatibilização entre a função de resolver os casos e a função de elaborar precedentes	593
13.6.	Distinções e superações.....	596
13.7.	Efeitos no tempo da decisão que revoga precedente (art. 927, § 3.º, CPC/2015)	598
13.7.1.	Modulação dos efeitos da decisão revogadora diante da transformação da função das Cortes Supremas	598
13.7.2.	A “confiança justificada” como critério para a modulação dos efeitos da decisão revogadora	599
13.7.3.	Meios para a regulação dos efeitos temporais	599
13.7.4.	Modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade e da revogação de precedente	600
CASO		602
14.	COISA JULGADA	603
14.1.	Coisa julgada como expressão da segurança jurídica	603
14.2.	Coisa julgada e preclusão	603
14.3.	Coisa julgada: da estática à dinâmica, da vontade das partes à evolução do debate	605
14.4.	Limites da coisa julgada	609
14.4.1.	Limites territoriais	610
14.4.2.	Limites temporais.....	610
14.4.3.	Limites subjetivos	611
14.4.4.	Limites objetivos	613
14.5.	Eficácia da coisa julgada.....	615
14.5.1.	Eficácia negativa	615
14.5.2.	Eficácia positiva	615
14.5.3.	Eficácia preclusiva	615

14.6.	Coisa julgada sobre questão (inclusive em benefício de terceiros)	619
14.6.1.	Os artigos 503 e 506 do Código de Processo Civil: a introdução da coisa julgada sobre questão, inclusive em benefício de terceiros, no direito brasileiro	619
14.6.2.	Razão de ser da coisa julgada sobre questão	619
14.6.3.	Questão de que depende o julgamento do mérito	620
14.6.4.	A questão pode derivar de fato constitutivo ou de fato impeditivo, modificativo ou extintivo.....	622
14.6.5.	Questão discutida	622
14.6.6.	Coisa sobre questão e prova	625
14.6.7.	Questão decidida	626
14.6.8.	Competência absoluta.....	627
14.6.9.	Coisa julgada sobre questão em favor de terceiros	628
14.6.10.	A coisa julgada sobre questão pode beneficiar terceiro, mas jamais prejudicá-lo	629
14.6.11.	A questão deve ser a mesma e deve estar inserida no conflito entre as partes e os terceiros.....	630
14.6.12.	Ato que provoca múltiplos danos ou prejuízos	631
14.6.13.	Discussão sobre o preenchimento dos requisitos formais para a formação da coisa julgada sobre questão	632
14.7.	A intangibilidade da coisa julgada diante da decisão de inconstitucionalidade: impugnação, rescisória e modulação de efeitos	633
14.7.1.	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: a afirmação dos Precedentes Constitucionais	633
14.7.2.	A ação rescisória fundada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, CPC/2015).....	635
14.7.3.	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional. Crítica	638
14.7.4.	A adoção de “interpretação” depois dita inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal: reforço da evidência de que a norma judicial não se confunde com o texto legal e, assim, não pode ser rescindida por norma posteriormente elaborada pela Corte Suprema.....	645
14.7.5.	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	647
14.7.6.	O verdadeiro fundamento da rescisória: retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a coisa julgada	648
14.7.7.	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015	648
14.7.8.	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material.....	650
14.7.9.	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional	652
14.7.10.	Modulação de efeitos e coisa julgada	653
14.8.	Relativização da coisa julgada?	656
14.8.1.	Introdução	656
14.8.2.	Investigação de paternidade e exame de DNA.....	656

14.8.3.	Justa indenização e distorção da prova pericial.....	657
14.8.4.	A pretensão de uso da “proporcionalidade”.....	658
14.8.5.	A ação rescisória como única resposta adequada aos casos do DNA e da distorção da prova pericial	662
14.8.6.	O jurisdicionado diante da desconstituição da coisa julgada. Ponto de contato entre a tutela contra o ato jurisdicional inidôneo e a tutela da segurança. O prazo constitucional	667
14.9.	A coisa julgada tributária no tempo	668
14.9.1.	A coisa julgada tributária no Supremo Tribunal Federal	668
14.9.2.	Eficácia temporal da coisa julgada tributária	668
14.9.3.	Cessação da eficácia temporal da coisa julgada em face da “modificação no estado de direito”: a diferença entre a decisão de (in)constitucionalidade e a decisão interpretativa	669
14.9.4.	A necessidade de declaração judicial da cessac�o da eficácia temporal da coisa julgada.....	670
14.10.	Coisas julgadas contraditórias.....	672
14.10.1.	O problema em outra perspectiva	672
14.10.2.	A superação do prazo da ação rescisória não consome a primeira coisa julgada, mas apenas potencializa a contradição entre as coisas julgadas	674
14.10.3.	A legitimidade da primeira coisa julgada e a necessidade de formulação de critérios racionais para a solução de conflitos entre coisas julgadas.....	675
14.10.4.	A segunda coisa julgada pode ser objeto de a��o declaratória de ineficácia, além de o executado poder invocar a existência de coisa julgada contraditória na impugnação sob o fundamento de inexigibilidade do direito	676
CASO.....		679

Parte III

A TUTELA DOS DIREITOS MEDIANTE O PROCEDIMENTO COMUM. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1.	TEORIA DA EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS MEDIANTE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	683
1.1.	Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória	683
1.1.1.	A sentença autossuficiente e a sentença dependente de execução.....	683
1.1.2.	A impossibilidade de execução no curso do procedimento. A regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	684
1.1.3.	As formas de execução da sentença condenatória na história	686
1.1.4.	A equiparação da sentença ao título executivo extrajudicial. A unificação das vias de execução	687
1.1.5.	A falsa suposição de que a sentença condenatória � tutela jurisdicional do direito	690
1.1.6.	A influência da economia liberal: a importância da tutela pelo equivalente em pecúnia e a idoneidade da condenação	691
1.1.7.	O desvirtuamento do conceito de obrigação e a expansão da condenação	693
1.1.8.	A impropriedade da sentença condenatória para a tutela dos direitos absolutos.....	694

1.1.9.	As novas situações de direito substancial carentes de tutela e a inadequação da condenação	696
1.2.	Panorama histórico da efetivação de sentenças no Código de Processo Civil de 1973 e a atipicidade das formas executivas.....	698
1.2.1.	Primeiras observações	698
1.2.2.	A ação de execução de sentença no CPC de 1973	699
1.2.3.	O sistema executivo dos arts. 461 e 461-A do CPC de 1973.....	700
1.2.4.	A quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução no Código de 1973.....	705
1.2.5.	A Lei 11.232/2005 e a sentença condenatória na vigência do Código de 1973.....	706
1.2.6.	As insuficiências do modelo do CPC de 1973	710
1.2.7.	O direito fundamental de ação e a desmistificação do processo de conhecimento.....	711
1.2.7.1.	Da visão clássica da ação como direito ao julgamento de mérito à noção de direito à obtenção da tutela do direito material	711
1.2.7.2.	A ação capaz de permitir a tutela do direito material depende de técnica processual idônea à situação material litigiosa e o princípio da tipicidade da execução como obstáculo à efetividade do direito de ação	712
1.2.7.3.	O direito fundamental de ação e suas exigências no Estado Constitucional.....	714
1.2.8.	Panorama geral do Código de Processo Civil atual e a influência das ideias desenvolvidas no direito anterior na formação do atual cumprimento judicial de prestações.....	715
1.2.9.	Uma luz no fim do túnel. A abertura do sistema de proteção dos créditos à atipicidade das formas executivas.....	716
1.3.	Técnica executiva e tutela dos direitos	717
1.3.1.	A sentença dependente de execução	717
1.3.2.	Tutela do direito e sentença.....	717
1.3.3.	O sentido da exigência “do fazer, do não fazer, da entrega de coisa e do pagamento de quantia”	718
1.3.4.	Os meios executivos relacionados ao fazer, ao não fazer, à entrega de coisa e ao pagamento de quantia	719
1.3.5.	Os efeitos jurídicos declarados nas sentenças e as tutelas dos direitos.....	720
1.4.	Princípios fundamentais da execução	722
1.4.1.	Considerações gerais.....	722
1.4.2.	O princípio do título executivo.....	722
1.4.3.	O princípio da tipicidade/atipicidade das formas executivas	723
1.4.4.	O princípio do resultado	724
1.4.5.	O princípio da responsabilidade patrimonial/pessoal	725
1.4.6.	O princípio da menor onerosidade da execução	727
1.4.7.	O princípio da transparência patrimonial.....	727
1.4.8.	O princípio do contraditório	728
1.5.	As formas de execução	730
1.5.1.	Noção de execução	730
1.5.2.	Execução direta e execução indireta.....	731

1.5.3.	Execução frutífera e execução infrutífera. A importância da distinção para a compreensão do significado de tutela jurisdicional do direito	732
1.5.4.	Atuação executiva mediante o constrangimento da vontade do devedor	733
1.5.4.1.	Execução através de multa	733
1.5.4.1.1.	Primeiras observações	733
1.5.4.1.2.	A natureza da multa diante do ressarcimento... ..	734
1.5.4.1.3.	O destinatário do valor da multa.....	734
1.5.4.1.4.	A multa e os fazeres infungível e fungível.....	736
1.5.4.1.5.	Limite do valor da multa	737
1.5.4.1.6.	Crítérios para a definição do valor e da forma temporal da multa	738
1.5.4.1.7.	Eficácia da multa. O problema da intimação do devedor.....	740
1.5.4.1.8.	O instante em que a multa pode ser cobrada	743
1.5.4.1.9.	O problema do “efeito perverso” da multa	744
1.5.4.1.10.	A questão da modificação do valor da multa	745
1.5.4.2.	A prisão como meio executivo	746
1.5.4.3.	Restrição a direitos como técnica coercitiva	750
1.5.4.4.	Execução mediante outras modalidades de convencimento....	752
1.5.5.	Atuação executiva alheia à vontade do devedor.....	753
1.5.5.1.	Execução através da sentença.....	753
1.5.5.2.	Obstaculização, remoção e apossamento de coisa. Execução complementar praticada por auxiliar do juízo.....	754
1.5.5.3.	Realização de fazer. Execução por particular	755
1.5.5.4.	Execução por expropriação	756
1.6.	O art. 515, I, do CPC e as sentenças que dependem de execução	757
1.6.1.	Os significados de “conceito” e de “classificação”. A razão para se classificar as sentenças.....	757
1.6.2.	Novamente a importância da distinção entre tutela e sentença	759
1.6.3.	Classificação a partir da suficiência da sentença à prestação da tutela jurisdicional do direito	760
1.6.4.	O critério que foi utilizado para a classificação da sentença condenatória	760
1.6.5.	O conceito clássico de condenação	761
1.6.6.	Elementos presentes e excluídos do conceito de condenação	763
1.6.7.	Elementos incluídos no gênero sentença não autossuficiente e presentes nas novas modalidades de sentenças.....	765
1.6.8.	A necessidade de classificar as sentenças que dependem de execução.....	767
1.6.9.	Crítérios para a classificação das sentenças dependentes de execução	767
1.6.10.	A influência do princípio da tipicidade sobre o poder jurisdicional.....	769
1.6.11.	A sentença que tutela o direito constrangendo a vontade do réu e a sentença que, independentemente da vontade do réu, tutela o direito mediante atos ulteriores de execução	772
1.6.12.	Sentença com eficácia executiva extrínseca e sentenças de executividade intrínseca. O problema do art. 513, § 1.º, do CPC	774
1.6.13.	Fungibilidade de técnicas	775
1.6.14.	Sentenças de executividade intrínseca: sentenças mandamental e executiva ...	776
1.7.	Os títulos executivos judiciais.....	777

1.7.1.	Observações gerais.....	777
1.7.2.	O rol dos títulos judiciais.....	778
1.8.	Liquidação da obrigação.....	785
1.8.1.	Requisitos da obrigação a executar	785
1.8.1.1.	Exigibilidade	785
1.8.1.2.	Certeza.....	786
1.8.1.3.	Liquidez.....	787
1.8.2.	Liquidação da obrigação. Considerações gerais	787
1.8.3.	Natureza da liquidação.....	789
1.8.4.	Liquidação por cálculos.....	791
1.8.4.1.	Necessidade de dados em poder do devedor ou de terceiros....	791
1.8.4.2.	Elaboração do cálculo pelo contador judicial.....	793
1.8.5.	Liquidação por arbitramento	794
1.8.6.	Liquidação pelo procedimento comum	796
1.8.7.	Princípio da fidelidade ao título.....	797
1.8.8.	A natureza do ato jurisdicional que julga a liquidação. Decisão ou sentença?	801
1.8.9.	Liquidação e coisa julgada.....	802
1.9.	Questões gerais do procedimento de cumprimento de sentença.....	804
1.9.1.	Observações iniciais.....	804
1.9.2.	A instauração do cumprimento de sentença e a cumulação de execuções	804
1.9.3.	Partes e terceiros	806
1.9.3.1.	As partes na execução. Litisconsórcio.....	806
1.9.3.2.	A intervenção de terceiros na execução	807
1.9.3.3.	O cônjuge do executado e sua situação na execução	808
1.9.4.	Competência	809
1.9.5.	Os efeitos do início da execução. A prescrição	811
CASO		817
2.	A SENTENÇA QUE RECONHECE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	819
2.1.	Imposição de fazer e de não fazer, prestação da tutela do direito e meios de execução adequados.....	819
2.1.1.	Considerações iniciais.....	819
2.1.2.	Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela pelo equivalente.....	820
2.1.3.	Tutela inibitória	820
2.1.4.	Tutela de remoção do ilícito	825
2.1.5.	Tutela ressarcitória na forma específica	827
2.1.6.	Tutela do adimplemento na forma específica.....	833
2.1.7.	Tutela do adimplemento perfeito	836
2.1.8.	Tutela específica do cumprimento do dever legal de fazer.....	837
2.2.	O poder executivo para a imposição do fazer e do não fazer	838
2.2.1.	A liquidação da sentença.....	838
2.2.2.	A concentração do poder de execução	838
2.2.3.	O poder jurisdicional de determinar modalidade executiva diferente da pedida e de conceder “resultado prático” equivalente ao da tutela específica requerida.....	840

2.2.4.	A diferença entre modalidade executiva diferente da pedida e “resultado prático” equivalente ao da tutela específica solicitada	842
2.2.5.	A possibilidade de se alterar a modalidade executiva após o trânsito em julgado	843
2.2.6.	A alteração da forma de prestação da tutela do direito após o trânsito em julgado	843
2.2.7.	Conversão da tutela específica em perdas e danos	844
2.2.8.	O controle do poder executivo do juiz	845
2.2.8.1.	Adequação e necessidade	845
2.2.8.2.	Análise, em abstrato e aproximada, da racionalidade do uso dos meios executivos	846
2.2.8.3.	O controle do poder executivo na fase de execução	846
2.2.8.4.	A importância da justificativa para o controle do poder executivo	847
2.3.	Defesa do Executado	848
2.3.1.	Os recursos no controle do poder executivo do juiz	848
2.3.2.	A defesa em primeiro grau de jurisdição	848
2.4.	A sentença que reconhece obrigação de prestar declaração de vontade	849
2.4.1.	Tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade	849
2.4.2.	A configuração da sentença que presta a tutela específica de declaração de vontade	850
2.4.3.	A natureza da sentença que presta a tutela específica da obrigação de prestar declaração de vontade	851
2.4.4.	O equívoco de subordinar os efeitos da sentença ao seu trânsito em julgado	852
2.4.5.	Requisitos para se poder obter sentença que produza os efeitos da declaração de vontade em relação a contrato não cumprido	855
2.4.5.1.	Apresentação da questão	855
2.4.5.2.	O registro do contrato preliminar	856
2.4.5.3.	A sentença de procedência e o surgimento de novas obrigações	857
CASO		858
3.	A SENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	859
3.1.	A “ação que tem por objeto a entrega de coisa” e as tutelas dos direitos	859
3.1.1.	Considerações preliminares	859
3.1.2.	Tutela específica e meios executivos	860
3.2.	As diversas tutelas dos direitos prestadas a partir da sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de entregar coisa e os meios de execução adequados	861
3.2.1.	A tutela do adimplemento da obrigação contratual de entregar coisa	861
3.2.2.	Adimplemento imperfeito e tutela na forma específica mediante entrega de coisa em substituição à defeituosa	863
3.2.3.	Tutela de imissão na posse	865
3.2.4.	Tutela reivindicatória	867
3.2.5.	Tutela de reintegração de posse	868
3.2.6.	Tutela de recuperação de coisa dependente da desconstituição do contrato	870
3.2.7.	Tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa	873
3.3.	Coisa certa e coisa incerta	874
3.3.1.	Conceito	874

3.3.2.	Coisa determinada pela quantidade, pelo gênero e pela qualidade.....	874
3.3.3.	Coisa incerta e coisa fungível.....	874
3.3.4.	Coisa incerta e obrigação alternativa	875
3.3.5.	Instante da individualização da coisa.....	875
3.3.6.	A impugnação da individualização da coisa.....	875
3.4.	A defesa do executado.....	876
3.5.	Direito de retenção	876
CASO		879
4.	A SENTENÇA QUE RECONHECE A OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	881
4.1.	Tutela pecuniária e técnicas de execução	881
4.1.1.	Observações iniciais.....	881
4.1.2.	A distinção entre prestações de fazer, não fazer, entregar coisa e pagar	883
4.1.3.	Sentenças condenatórias e sentenças mandamentais ou executivas na tutela de prestações de pagar	884
4.2.	Fase inicial da execução.....	885
4.2.1.	Pagamento voluntário.....	885
4.2.2.	O pleito executivo	886
4.2.3.	O prazo para pagamento voluntário	889
4.2.4.	A multa condenatória	890
4.2.5.	O protesto executivo	892
4.3.	Penhora	892
4.3.1.	Penhora. Definição. Efeitos.....	892
4.3.2.	Responsabilidade patrimonial.....	894
4.3.2.1.	Bens do devedor não sujeitos à penhora	894
4.3.2.1.1.	Impenhorabilidade absoluta	895
4.3.2.1.2.	Impenhorabilidade relativa.....	899
4.3.3.	Bens de terceiros sujeitos à penhora.....	900
4.3.4.	Fraude contra credores e fraude à execução.....	901
4.3.5.	Procedimento da penhora	906
4.3.5.1.	Ordem de bens a serem penhorados.....	907
4.3.5.2.	A substituição da penhora.....	909
4.3.5.3.	A penhora on-line	911
4.3.5.4.	Questões particulares da penhora	916
4.3.5.5.	Penhora de quotas ou de ações de sociedades	919
4.4.	Providências preliminares à satisfação do credor	920
4.4.1.	A comunicação da penhora aos sujeitos da execução e aos terceiros	920
4.4.2.	Depósito dos bens penhorados.....	921
4.4.3.	Avaliação dos bens penhorados	922
4.4.4.	Ampliação e redução da penhora, substituição do bem penhorado e segunda penhora	924
4.4.5.	Alienação antecipada de bens.....	925
4.4.6.	Outras providências.....	926
4.5.	A defesa do executado.....	926
4.5.1.	Primeiras considerações	926
4.5.2.	A impugnação à execução	928

4.5.2.1.	Conceito e natureza jurídica	928
4.5.2.2.	Requisitos para a admissibilidade da impugnação	930
4.5.2.3.	Matérias que podem fundar a impugnação	931
4.5.2.4.	Concessão de efeito suspensivo à impugnação	939
4.5.2.5.	Procedimento da impugnação	944
4.5.2.6.	O ato que decide a impugnação e sua estabilidade	946
4.5.3.	Outras vias de reação do executado	947
4.5.3.1.	Arguição de impedimento e de suspeição	947
4.5.3.2.	Alegação de fatos supervenientes	947
4.5.3.3.	Exceção de pré-executividade	948
4.5.3.4.	Ações autônomas	949
4.6.	Satisfação do credor	949
4.6.1.	As formas de satisfação do credor	949
4.6.2.	Natureza jurídica da expropriação	950
4.6.3.	A adjudicação	952
4.6.3.1.	Pressupostos da adjudicação	952
4.6.3.2.	Procedimento da adjudicação	954
4.6.3.3.	A procedência da impugnação e a sorte da adjudicação	955
4.6.4.	A alienação do bem	956
4.6.4.1.	A alienação por iniciativa particular	956
4.6.4.2.	A alienação em leilão judicial	957
4.6.4.2.1.	A convocação para o leilão judicial	959
4.6.4.2.2.	A legitimação para arrematar	961
4.6.5.	A arrematação judicial	961
4.6.5.1.	Conclusão da arrematação e consequências do acolhimento da impugnação	963
4.6.5.2.	Formas especiais de arrematação	964
4.6.6.	A apropriação de frutos e rendimentos de empresas, estabelecimentos e outros bens	965
4.6.6.1.	Requisitos da decretação do direito à apropriação de frutos e rendimentos	965
4.6.6.2.	Procedimento da apropriação de frutos e rendimentos	966
4.7.	Entrega do dinheiro ao credor	967
4.7.1.	O pagamento direto	967
4.7.2.	O concurso singular de credores	968
CASO		971
5.	SUSPENSÃO E CONCLUSÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	973
5.1.	O término da execução	973
5.2.	A sentença de extinção do cumprimento de sentença ou da execução	973
5.3.	Coisa julgada e execução	975
5.4.	A suspensão da execução	975
CASO		980
6.	O CUMPRIMENTO DA DECISÃO PROVISÓRIA	981

6.1.	A necessidade de a sentença poder ser executada na pendência do recurso de apelação	981
6.2.	A realidade do direito brasileiro. O ordenamento brasileiro permite a execução da sentença na pendência do recurso de apelação apenas em hipóteses excepcionais.....	984
6.2.1.	Questões peculiares da execução de títulos provisórios e do efeito suspensivo dos recursos.....	984
6.2.2.	Efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> e executividade dos provimentos judiciais	986
6.2.3.	A execução na pendência dos recursos extraordinário e especial.....	986
6.3.	Espécies de sentenças executáveis na pendência de recurso não recebido com efeito suspensivo.....	986
6.3.1.	Efetivação provisória das sentenças que reconhecem a obrigação de prestação de declaração de vontade.....	987
6.3.2.	A sentença com eficácia condenatória. A execução da decisão provisória sob pena de multa de dez por cento	987
6.4.	Outros provimentos passíveis de execução provisória	988
6.5.	Executividade imediata e cognição.....	989
6.5.1.	Cumprimento provisório ou cumprimento fundado em decisão provisória?	991
6.5.2.	Execução completa e execução incompleta.....	992
6.5.3.	A interpretação da expressão “cumprimento provisório da sentença”	993
6.6.	A efetivação completa da decisão provisória. Os arts. 520, IV e 521.....	994
6.6.1.	O parâmetro procedimental da execução de título provisório	995
6.7.	A responsabilidade do exequente da decisão provisória. O art. 520, I.....	996
6.8.	A restituição ao estado anterior e o dever de reparar o dano. O art. 517, II	997
6.9.	A defesa no cumprimento de decisão provisória	997
CASO		999
7.	FORMAS ESPECIAIS DE CUMPRIMENTO DE TÍTULOS JUDICIAIS	1001
7.1.	Cumprimento de decisão de prestação alimentícia	1001
7.1.1.	Primeiras considerações	1001
7.1.2.	Espécies de alimentos e seu regime	1002
7.1.2.1.	Alimentos definitivos e provisórios	1002
7.1.2.2.	Alimentos legítimos, voluntários e indenizativos	1003
7.1.2.3.	Alimentos naturais e civis	1005
7.1.3.	Formas de execução dos alimentos	1005
7.1.3.1.	Desconto em folha.....	1007
7.1.3.2.	Prisão civil	1008
7.1.3.3.	Expropriação	1013
7.1.3.4.	Constituição de capital	1013
7.1.4.	Procedimento da execução de prestação alimentícia	1015
7.1.4.1.	A fase inicial do cumprimento de decisão que impõe prestação alimentar. A aplicação do art. 523, § 1.º. O protesto do título.....	1015
7.1.4.2.	Execução por desconto em folha	1017
7.1.4.3.	Execução por coerção pessoal (prisão civil)	1018
7.1.4.4.	Execução por expropriação	1019
7.1.4.5.	Execução por outros meios	1020
7.2.	Cumprimento contra a Fazenda Pública.....	1020
7.2.1.	O regime dos pagamentos efetuados pela Fazenda Pública.....	1020

7.2.2.	Procedimento	1022
7.2.3.	Regime de precatórios.....	1024
7.2.4.	Requisição de pagamento	1027
CASO.....		1028
8.	PARTICULARIDADES DA EXECUÇÃO DOS DEMAIS TÍTULOS JUDICIAIS	1029
8.1.	Execução por quantia certa fundada nos demais títulos judiciais	1029
8.1.1.	Introdução	1029
8.1.2.	A liquidação dos títulos.....	1029
8.1.3.	Cumprimento provisório	1030
8.1.4.	Técnica executiva aplicável às prestações pecuniárias representadas por títulos judiciais não consistentes em decisão judicial.....	1031
8.1.5.	O prazo para cumprimento voluntário e a multa do art. 523, § 1.º	1031
8.1.6.	O início da execução	1032
8.1.7.	Outras questões pontuais	1033
8.2.	A execução das prestações de fazer, não fazer e entregar coisa previstas nestes títulos judiciais	1034
CASO		1035
SOLUÇÕES DOS CASOS		1037
CASOS DA PARTE I.....		1037
Capítulo 1		1037
Capítulo 2		1037
Capítulo 3		1037
Capítulo 4		1038
Capítulo 5		1038
CASOS DA PARTE II		1039
Capítulo 1		1039
Capítulo 2		1039
Capítulo 3		1040
Capítulo 4		1040
Capítulo 5		1041
Capítulo 6		1041
Capítulo 7		1041
Capítulo 8		1042
Capítulo 9		1042
Capítulo 10		1043
Capítulo 11		1043
Capítulo 12		1043
Capítulo 13		1044
Capítulo 14		1044
CASOS DA PARTE III.....		1045
Capítulo 1		1045
Capítulo 2		1045
Capítulo 3		1045

Capítulo 4	1045
Capítulo 5	1045
Capítulo 6	1046
Capítulo 7	1046
Capítulo 8	1046
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1047